



**Associação
Mutualista**
Montepio

**PROGRAMA DE AÇÃO
E
ORÇAMENTO
PARA 2016**

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	1
Enquadramento socioeconómico e regulamentar	2
Síntese do exercício de 2015.....	3
Programa de Ação e Orçamento para 2016.....	4
Balanço Previsional	6
Demonstração de Resultados Previsionais	7
Glossário.....	8

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

De acordo com o disposto nos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista, o Conselho de Administração apresenta à aprovação da Assembleia Geral o Programa de Ação e o Orçamento para 2016, elaborado para executar o Plano Estratégico e as suas Linhas Gerais de Orientação Estratégica 2016-2018, aprovadas pelo Conselho Geral no passado dia 9 de Novembro, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal.

Este documento corporiza o início de um novo ciclo de governo e de desenvolvimento da nossa instituição, que tem conseguido manter um ímpeto de crescimento de associados e da atividade, ano após ano, demonstrando a força do movimento associativo. No ano de 2000, a Associação Mutualista contava com 139 mil associados; no final de outubro de 2015, o total de associados atingia mais de 636 mil, afirmando a grande presença da nossa Associação no seio da população portuguesa. Para este caminho foi necessário um sentido de foco na construção da visão, um esforço continuado e uma grande resiliência para ultrapassar inúmeras adversidades, às quais a instituição e o seu grupo souberam dar resposta, de forma empenhada, corajosa, em total comunhão de ideais e com forte coesão. Estas condições foram e, continuarão a ser, um dos pilares fundamentais e indispensáveis para continuar o nosso rumo com o objetivo de levar o mutualismo a cada vez maior número de famílias, que desejamos venham a representar um milhão de associados num futuro próximo.

O movimento mutualista reveste-se de crescente importância no contexto atual, de riscos e dificuldades que impulsionam necessidades sociais, de previdência e de proteção, às quais o Estado não tem condições de responder cabalmente, fazendo-nos regressar às origens do Mutualismo, precursor da Segurança Social, como resposta complementar eficaz a essas necessidades dos portugueses. Os seus fins de auxílio recíproco no domínio da criação de mecanismos de proteção social privada e da promoção da qualidade de vida refletem os desígnios da solidariedade e da partilha dos riscos que estão na génese da criação da nossa Associação em 1840.

O nosso caminho tem sido e, continuará a ser, de ambição mas, também de prudência, estando o crescimento da Associação Mutualista baseado num modelo de atividade orientado para a geração de valor e obtenção de benefícios a médio prazo, de forma sustentada, alicerçado em níveis de solvabilidade e de liquidez adequados ao seu perfil institucional.

O Programa de Ação e Orçamento para 2016 que apresentamos traduz a ambição de continuar a expandir o mutualismo, pelo crescimento da base associativa e alargamento da oferta, com respostas que satisfaçam as necessidades de proteção e previdência complementar dos associados, assegurando os equilíbrios de balanço e a sustentabilidade da conta de exploração. O número de associados deverá atingir 671 mil em 2016, aliado ao crescimento das receitas associativas, em linha com o observado em anos anteriores, com o aumento da oferta de modalidades e de serviços no domínio da saúde e bem-estar, nas áreas de cuidados continuados e residências assistidas. Em 2016 prosseguirão as ações de dinamização associativa, aprofundando o vínculo e a relação dos associados com a sua associação, ao mesmo tempo que se continuará a afirmar a diferenciação da Associação Mutualista, destacando a sua marca autónoma com crescente notoriedade.

Alinhada com as boas práticas e os crescentes requisitos prudenciais e de controlo interno, a Associação Mutualista prosseguirá o ajustamento do funcionamento e da organização do grupo ao novo modelo de especialização dos órgãos de governo e dos respetivos processos.

Ao terminar esta mensagem, apresento-lhe os melhores votos nesta quadra natalícia, esperando que 2016 seja um ano pleno de saúde, de solidariedade e de partilha, valores que comungamos e nos unem como associados mutualistas, *juntos por todos*.

Presidente do Conselho de Administração

Enquadramento socioeconómico e regulamentar

A economia portuguesa tem evidenciado em 2015 uma recuperação gradual, iniciada no final de 2013, após a fase particularmente crítica de crise financeira e de dívida soberana no período 2011-2013.

No decurso do presente ano, o PIB registou uma variação homóloga positiva de 0,5% até final do 3º trimestre, com previsão do Banco de Portugal de um crescimento de 1,7% em 2015 (+0,9% em 2014).

Para a evolução da economia portuguesa tem contribuído o dinamismo da procura interna que tem sido impulsionada, sobretudo, pelo consumo de bens duradouros por parte das famílias e do aumento do investimento privado, apesar de a taxa de desemprego permanecer ainda em níveis elevados (11,9% no 3º trimestre 2015), mas cuja tendência tem vindo a observar uma diminuição contínua.

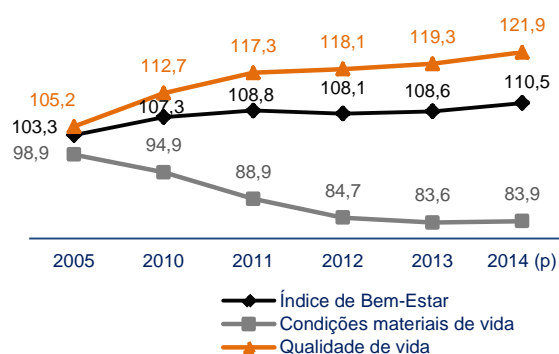
Mas, para além do contexto económico, há a ter em conta que persistem riscos e desafios significativos, nomeadamente, no que se refere ao risco de deflação e a manutenção de taxas de juro em níveis historicamente baixos, que continuam a pressionar a rentabilidade dos ativos financeiros e dos ativos imobiliários, num quadro de elevada volatilidade. Os referenciais de mercado alcançaram valores negativos, a Euribor 3 meses ficou em -0,001%, em 21 de abril, a Euribor 6 meses em -0,002%, em 6 de novembro, e as *yields* das Obrigações do Tesouro a 10 anos diminuíram para valores médios de 2,46% em 2015 face a 3,46% em 2014. A taxa de juro dos depósitos de particulares também tem registado um decréscimo contínuo, tendo passado de 1,56% (dezembro 2014) para 1% em setembro 2015. No mercado imobiliário observou-se alguma melhoria, com um desempenho muito positivo do mercado de investimento imobiliário, com as rendas *prime* relativamente estáveis.

As previsões para a economia portuguesa assentam no pressuposto de manutenção do esforço do equilíbrio orçamental das contas públicas, com a prossecução da redução do défice e da dívida pública num quadro de restrição orçamental. Este compromisso, perante, nomeadamente, as entidades europeias e no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, tem repercutido limitações às capacidades do Estado nos domínios da proteção social e da previdência, na prestação de cuidados de saúde e de educação. A restrição orçamental do Estado, a par da diminuição e envelhecimento da população, e das difíceis condições socioeconómicas das famílias, constitui um quadro de oportunidades e também de desafios para as entidades que operam na

prestação de serviços nas áreas da economia social e da saúde.

O rendimento disponível das famílias tem registado uma redução desde 2010 e o número de beneficiários ativos da Segurança Social mantém-se elevado, 79% em 2014, constituindo um esforço acrescido ao nível das despesas sociais, que registaram um aumento face ao PIB, de 16,7% em 2011 para 26,8% em 2013. Igualmente, e de acordo com o estudo divulgado pelo INE¹, o “Índice de Bem-Estar para Portugal” fixou-se em 108,6 em 2013, estimando-se uma melhoria em 2014, com a componente Condições Materiais de Vida a registar uma deterioração muito significativa nos últimos anos, com destaque para a dimensão Trabalho e Remuneração, não obstante a componente Qualidade de Vida ter progredido de forma positiva.

Evolução dos Indicadores de Qualidade de Vida



Fonte: INE (2004=100); (p) preliminar

Ao nível do quadro regulamentar há a salientar a publicação da nova lei das Caixas Económicas anexas (Decreto-lei n.º 190/2015), em 10 de setembro, com a classificação da Caixa Económica Montepio Geral em caixa económica bancária. Perspetivam-se outras alterações significativas, com a esperada revisão do Código Mutualista e a transposição da Diretiva de Solvência II (Diretiva n.º 2009/138/CE).

Neste sentido, espera-se, em 2016, um particular enquadramento ao nível socioeconómico e financeiro, destacando-se a ainda elevada taxa de desemprego, a limitação orçamental das contas públicas e a evolução do panorama político português, a fraca rentabilidade dos ativos assim como maiores exigências regulamentares. Estes, entre outros fatores, contribuem para um quadro de grandes desafios mas também de oportunidades que este Programa de Ação e Orçamento endereça.

¹ Este estudo baseia-se numa metodologia definida por um conjunto de organizações internacionais, designadamente a OCDE e o Eurostat, sendo aplicada por vários Institutos de Estatística.

Síntese do exercício de 2015

O Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) como entidade promotora de modalidades para proteção e previdência complementar, modalidades de aplicação de poupanças que fomentam o aforro das famílias, oferta de serviços de saúde e equipamentos sociais, serviços culturais e benefícios complementares, apresenta-se como uma organização com respostas adequadas às necessidades da sociedade particularmente apelativas em momentos difíceis como os que se têm vivido nos últimos anos.

O apelativo mutualista vai além da atratividade da sua oferta numa ótica estritamente financeira das modalidades, sendo mais abrangente, ao englobar diversos serviços e benefícios complementares, a par da vinculação e relação associativa. À oferta alargada de modalidades que permitem cobrir as necessidades de previdência, proteção e poupança das diversas fases do ciclo de vida dos seus associados, acrescem os serviços na área da saúde, bem-estar e benefícios complementares. A intervenção institucional completa-se com a política ativa de solidariedade social, assumindo o seu papel de entidade cidadã, socialmente responsável e comprometida com o desenvolvimento da economia social e do terceiro setor em Portugal.

No cumprimento das Orientações Estratégicas que estavam definidas, destacam-se, como principais aspetos do desempenho do MGAM em 2015:

- A manutenção do crescimento da base associativa, com a captação de associados junto da alargada rede de clientes das empresas do Grupo, estimando-se que atinjam 636 500 no final do ano;

Número de Associados



- Alteração da estrutura das receitas associativas por perfil de modalidade, com maior expressão das modalidades atuariais no total das receitas associativas, prevendo-se que alcance 20,3% no final de 2015;

- Contínuo incremento da oferta de serviços no domínio da saúde e das residências assistidas (6 residências em atividade);
- Benefícios complementares da oferta, além da vertente financeira, nomeadamente cultural, que têm permitido aumentar a atratividade da mesma e reforçar o vínculo associativo.

O Ativo Líquido deverá atingir 4.214,7 milhões de euros no final de 2015, evidenciando uma redução face a 2014 (-11,2%), decorrente de alguns reembolsos e menor volume de capitais recebidos, sobretudo nas modalidades de capitalização Capital Certo e Poupança Complementar.

Relativamente às principais componentes do Ativo, destaca-se:

- A manutenção de um peso significativo dos ativos de liquidez, em depósitos e carteira de títulos, face ao total do Ativo Líquido de 42,5% (1.789,8 milhões de euros), ajustado aos objetivos prudenciais no domínio da liquidez;
- O aumento dos investimentos estratégicos nas entidades do grupo, que constituem os instrumentos de operacionalização da atividade da associação, de execução do seu programa de ação e as vias para atingir os fins mutualistas, designadamente a sua Caixa Económica anexa;
- O incremento da carteira de Imóveis de Investimento, que deverá totalizar 424,7 milhões de euros no final do ano, refletindo investimentos com a reabilitação de imóveis.

No exercício de 2015, espera-se obter um Resultado Líquido de 41,1 milhões de euros, para o qual deverão concorrer:

- A redução da Margem da Atividade Associativa contrabalançada pela variação positiva das Provisões Técnicas, pelo que o conjunto das duas rubricas deverá registar um valor de -30,4 milhões de euros, inferior aos -54,5 milhões de euros de 2014;
- Os proveitos em Juros e Rendimentos da Carteira de Títulos e dos Depósitos deverão alcançar um valor estimado de 87,5 milhões de euros no final do ano (93,7 milhões de euros em 2014);
- O impacto positivo resultante da reversão de imparidades na Carteira de Títulos,

perspetivando-se um total de Imparidades (líquido de reversões) no final de 2015 de 7,2 milhões de euros face a 18,9 milhões de euros em 2014;

- A concretização das deliberações já tomadas, tendo em vista assegurar a mais completa transparência em matéria de preços de transferência entre as diversas entidades do Grupo Montepio, sem perder de vista os objetivos de eficiência e da obtenção de sinergias que a criação de ACEs (Agrupamentos Complementares de Empresas) de prestação de serviços gerais e de compras, devem proporcionar, no respeito pelas disposições legais e afins que lhes sejam aplicáveis.

Programa de Ação e Orçamento para 2016

Este Programa de Ação e Orçamento tem em vista dar cumprimento às Linhas de Orientação Estratégica (LOEs) aprovadas pelo Conselho Geral para o próximo triénio 2016-2018. As LOEs definidas convergem em torno da continuidade do processo de desenvolvimento diversificado e sustentado do MGAM, concretizando a sua missão e finalidade na supressão de necessidades de previdência complementar e de serviços e equipamentos sociais, como resposta complementar aos sistemas públicos de segurança social e de saúde.

Neste sentido, foram definidos 9 vetores de atuação para 2016 como se descrevem em seguida.

- 1. Crescimento sustentado dos associados e das receitas associativas líquidas,** prosseguindo o crescimento do número de associados com vista a obter um milhão de associados a médio prazo, aumentando a penetração de subscrições de modalidades na base de associados, continuando o aproveitamento do potencial dos canais utilizados anualmente (bancário e das restantes entidades do grupo), incrementando a utilização dos canais eletrónicos ao dispor do grupo e estruturando soluções para a subscrição de modalidades a partir de outras entidades, como parceiros da área social.
- 2. Melhor adequação das Modalidades,** procedendo à revisão das condições das modalidades, adaptando-as às condições de mercado, designadamente das modalidades com taxas técnicas desfasadas das condições referenciais atuais. Renovar a oferta, criando modalidades mais flexíveis,

inovadoras e de fácil adesão, criando pacotes de oferta para famílias, englobando modalidades para necessidades de aforro e de previdência, dando novo fôlego às modalidades de proteção. Promover a adequação e as possibilidades de concretizar o potencial das modalidades coletivas, como resposta empresarial às necessidades de previdência complementar. Renovar e desenvolver materiais de apoio à captação de associados e subscrição de modalidades e elaborar o Manual de Vinculação Mutualista.

- 3. Desenvolvimento da Oferta: serviços e equipamentos sociais do Grupo,** prosseguindo a oferta de novos equipamentos na área de cuidados continuados e das residências, através da Residências Montepio – Serviços de Saúde, desenvolvendo a atuação na área da prevenção e da melhoria da rede de cuidados de saúde e bem-estar, no alargamento do apoio domiciliário e na prestação de cuidados continuados e de proximidade. Desenvolver um quadro renovado e moderno de parcerias com instituições de economia social, criando uma rede de saúde assente na atual rede base do setor social, mas modernizada quanto aos equipamentos e capacitada quanto às competências clínicas e humanas.
- 4. Intensificar a vinculação e aprofundar a relação associativa,** prosseguindo o desenvolvimento de ações de atividades de cariz lúdico, cultural, formativo e desportivo para os associados e suas famílias, aumentando a atividade nos espaços Atmosfera m, e por via da criação da Academia Montepio e da dinamização do Clube Pelicas (dedicado às crianças).
- 5. Reforçar a identidade própria e a promoção do mutualismo,** aprofundando a autonomização da marca/identidade da associação no seio do grupo e da sociedade, aumentando a visibilidade das características de diferenciação das modalidades mutualistas, em termos de objetivos/necessidades a satisfazer, condições, cobertura de riscos ou rendimento, assim como a restante oferta de serviços e equipamentos sociais. Reforçar a divulgação do Mutualismo, seja através da realização de campanhas publicitárias seja de comunicação realizada através dos media ou de fóruns nos quais o MGAM participe, orientada ao espaço público e a ambientes partilhados com entidades do setor social.

6. Desenvolver o modelo de governo e o sistema de controlo interno, efetuando um diagnóstico profundo sobre as melhorias a introduzir nos sistemas, processos, políticas e procedimentos face às novas condições de funcionamento decorrentes da adoção do novo modelo de governo que ditou maior especialização da CEMG e, à luz dos requisitos regulatórios exigidos a outras entidades, do setor financeiro. Desenhar um sistema de controlo interno adequado ao perfil da atividade da associação, requisitos de desempenho, perfil de risco e reforçar os sistemas e as capacidades, em concordância com as necessidades identificadas, desenvolvendo o modelo de governo no quadro das alterações regulamentares que se vierem a verificar.

7. Continuar a política de cooperação e de intervenção social, prosseguindo a política de cidadania institucional ativa e dinâmica no domínio da educação financeira dos cidadãos, aprofundando a atuação no domínio das intervenções de Responsabilidade Social, prosseguindo as ações da Fundação Montepio e definindo princípios de sustentabilidade a respeitar pelas entidades do grupo. Aprofundar a política de cidadania institucional dinâmica, através do desenvolvimento de relações de associação e cooperação com diversas entidades, desenvolvendo estudos e estabelecendo contactos orientados ao aprofundamento das relações do MGAM com outras instituições de solidariedade, no propósito de estruturar sistemas de colaboração capazes de potenciar contributos e benefícios proporcionados à sociedade, em particular aos associados.

8. Ajustar o funcionamento e a organização do grupo, adaptando os processos, meios e recursos ao novo modelo de governo baseado na especialização dos órgãos de governo da CEMG. Satisfazer os requisitos decorrentes do novo quadro legal das caixas económicas e ajustar o perfil e organização do grupo em conformidade com esses requisitos e com os objetivos de geração de valor para concretizar as finalidades mutualistas.

9. Desenvolver o potencial do grupo e assegurar o alinhamento estratégico das suas entidades, procedendo aos investimentos e desinvestimentos que se revelem necessários para mitigar riscos, otimizar recursos e majorar a criação de valor. Elaborar um Plano Estratégico para o Grupo, que assegure a articulação

estratégica das diversas entidades, defina o papel de cada uma e o respetivo contributo para os objetivos globais de geração de valor, num quadro de otimização e eficiência, em prol da concretização da visão e fins mutualistas e respeitando a sua autonomia estratégica. Criar um Comité de Empresas Participadas que proceda à monitorização das empresas e ao controlo do plano do grupo. Manter a adoção de princípios e valores comuns na orientação das políticas e na condução da ação, alicerçados no rigor e exigência, na diligência, prudência e transparência, constituindo as traves mestras de uma política comum de responsabilidade social e sustentabilidade.

Principais Objetivos Estratégicos para 2016

Atividade Associativa

- N.º Total de Associados = 671.000
 - Receitas Associativas em Quotas, Capitais, Jóias e Outros Proveitos Associativos = 1.030,4 Milhões €
- Das quais:
- Modalidades Previdência = 134,2 Milhões €
 - Modalidades Capitalização = 885,5 Milhões €
- Receitas Associativas por Associado = 1.571 €

Económico-Financeiros

- Crescimento do Ativo Líquido = 5,7%
- Taxa de rendimento médio do Ativo > 2,5%
- Indicador de Liquidez = 11,7% (Depósitos / Responsabilidades)
- Indicador de Solvabilidade = 15,3% (Capital Próprio / Ativo Líquido Médio)
- Resultado Líquido = 50,2 Milhões €

BALANÇO PREVISIONAL

(milhares de euros)

	2014	2015	2016	Variação (%)	
	Realizado	Previsto	Orçamento	2015	2016
ATIVO LÍQUIDO					
Depósitos em instituições de crédito	634 325	139 194	438 268	-78,1	214,9
Carteira de Títulos	1 977 014	1 650 642	1 584 944	-16,5	-4,0
Investimentos em subsidiárias e associadas	1 705 596	1 960 060	1 963 060	14,9	0,2
<i>dos quais: Participação Financeira Institucional</i>	<i>1 500 000</i>	<i>1 500 000</i>	<i>1 500 000</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>
Propriedades de investimento	415 237	424 653	429 433	2,3	1,1
Outros ativos	16 184	40 164	40 593	148,2	1,1
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	4 748 356	4 214 713	4 456 297	-11,2	5,7
PASSIVO	4 066 096	3 561 208	3 793 783	-12,4	6,5
Provisões técnicas	4 039 429	3 526 486	3 750 787	-12,7	6,4
<i>Provisões matemáticas</i>	<i>3 968 354</i>	<i>3 458 439</i>	<i>3 684 503</i>	<i>-12,8</i>	<i>6,5</i>
<i>Subvenções e melhorias de benefícios</i>	<i>71 075</i>	<i>68 047</i>	<i>66 284</i>	<i>-4,3</i>	<i>-2,6</i>
Outros passivos	26 667	34 722	42 996	30,2	23,8
SITUAÇÃO LÍQUIDA	682 261	653 505	662 514	-4,2	1,4
Fundos próprios	129 862	138 371	142 941	6,6	3,3
Excedentes técnicos	94 825	100 204	100 439	5,7	0,2
Reservas e resultados transitados	416 112	373 796	368 932	-10,2	-1,3
Resultado líquido do exercício	41 461	41 134	50 201	-0,8	22,0
TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	4 748 356	4 214 713	4 456 297	-11,2	5,7

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAIS

(milhares de euros)

RUBRICAS	2014	2015	2016	Variação (%)	
	Realizado	Previsto	Orçamento	2015	2016
1-MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	531 698	-579 033	192 331	-208.9	133.2
Proveitos Inerentes a Associados	969 137	513 927	1 030 396	-47.0	100.5
Custos Inerentes a Associados	-437 439	-1 092 960	-838 065	149.9	-23.3
2-VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	-586 210	548 665	-207 500	193.6	-137.8
Redução de Reservas Matemáticas	428 035	1 089 445	830 026	154.5	-23.8
Aumento de Reservas matemáticas	-1 014 245	-540 780	-1 037 526	-46.7	91.9
3-JUROS, RENDIMENTOS E ENCARGOS SIMILARES	93 731	87 490	88 982	-6.7	1.7
4-RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	2 961	1 798	1 798	-39.3	0.0
5-RESULTADO DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR	1 892	-4 052	-2 872	-314.1	-29.1
6-RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISP. P/ VENDA	20 451	13 599	14 902	-33.5	9.6
7-PROVISÕES LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	-16 684	-7 434	-10 530	-55.4	41.6
8-IMPARIIDADES LÍQUIDAS DE REVERSÕES	-18 947	-7 216	-9 355	-61.9	29.6
9-GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	-13 578	-36 784	-40 000	170.9	8.7
10-GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-135	-360	-363	166.4	0.8
11-OUTROS RESULTADOS (GANHOS E PERDAS)	26 281	24 462	22 807	-6.9	-6.8
RESULTADO DO EXERCÍCIO (1+... + 11)	41 461	41 134	50 201	-0.8	22.0

Glossário

Ativos – Valores patrimoniais positivos, representativos de créditos, direitos ou bens que uma entidade possui ou tem a haver. Por contraposição, os passivos são valores patrimoniais negativos, representativos de dívidas, obrigações, compromissos ou responsabilidades.

Capitalização – Consiste no cálculo do valor futuro de um montante investido, por um determinado número de períodos, a uma determinada taxa de juro por período.

Código Mutualista – Diploma que estabelece o regime jurídico das associações mutualistas (Decreto-lei n.º 72/90, de 3 de março).

Diretiva de Solvência II – Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 25 de novembro de 2009, que define um novo regime legal para o acesso e o exercício da atividade seguradora e de resseguros, com aplicação prevista para janeiro de 2016.

Euribor – Junção das palavras *Euro Interbank Offered Rate*: taxa de juro de referência de mercado, utilizada como indexante em diversas operações bancárias, correspondente à média das taxas de juro praticadas nos empréstimos interbancários entre um painel dos maiores bancos europeus da zona euro.

Gastos Gerais Administrativos – Englobam os custos com Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com o Pessoal.

Imparidade de Ativos – Um ativo fixo (tangível ou intangível) está em imparidade quando a sua quantia recuperável é inferior à quantia escriturada / registada no balanço.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

Margem Associativa – Resulta da diferença entre Proveitos Inerentes a Associados e Custos Inerentes a Associados.

Modalidades de Previdência – Destinam-se a garantir um determinado capital ou uma determinada pensão, cobrindo os riscos de invalidez, morte ou sobrevivência/velhice.

Modalidades de Poupança – Destinam-se a constituir e valorizar um aforro numa ótica de investimento de médio / longo prazo.

Obrigações do Tesouro – Títulos de dívida pública portuguesa.

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Acordo introduzido na terceira fase da União Económica e Monetária (UEM), iniciada em 1 de janeiro de 1999, com a adoção da moeda única, o euro, e a entrada em funcionamento do Banco Central Europeu. De acordo com o PEC, os Estados Membros, da União Europeia, particularmente os que fazem parte da zona euro, devem apresentar regularmente programas de estabilidade que respeitem objetivos macroeconómicos de disciplina orçamental (evitar défices superiores a 3% do PIB) e de excesso de endividamento (dívida pública inferior a 60% do PIB). Défices superiores podem conduzir a sanções, incluindo pagamento de multas.

PIB – Resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes no país no período de referência e que é calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento.

Rendas Prime - Valor da renda para um imóvel de construção recente, equipamento moderno e *layout* eficiente, situado numa zona privilegiada, totalmente arrendado e com rendas de mercado.

Rendimento Disponível – Corresponde ao rendimento que a globalidade das famílias de uma economia tem disponível para utilizar no consumo de bens para satisfazer as suas necessidades e em poupança.

Solvabilidade – Relação entre os capitais próprios e o ativo total.

Volatilidade – Flutuação de uma determinada variável (por exemplo, preço ou taxa).

Yield – Para uma obrigação, é a taxa interna de rentabilidade, que consiste em avaliar o retorno futuro da obrigação face ao preço praticado no mercado.